



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Educação Ambiental

Sinop, v. 12, n. 2 (31. ed.), p. 301-310, ago./dez. 2021

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

AS INTERAÇÕES AFETIVAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

AFFECTIVE INTERACTIONS IN THE LITERACY PROCESS OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

Berenice Darc Holz de Morais

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma compreensão sobre as interações afetivas advindas da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista em séries iniciais do Ensino Fundamental. Os autores que embasam esta pesquisa são Aline Maira da Silva, Marion Leboyer, Paulo Liberalesso e Lucelmo Lacerda. A pesquisa foi realizada mediante abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com professoras da rede pública de educação da cidade de Sinop, Mato Grosso, no primeiro semestre de 2021. Os resultados da pesquisa apontam que é possível problematizar quais e como ocorrem as interações entre os alunos, e compreender a importância e as consequências dessas interações.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Interação socioafetiva. Ensino Fundamental.

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **AS INTERAÇÕES AFETIVAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**, sob a orientação do professor Dr. Marion Machado Cunha, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2021/2.

ABSTRACT²

This article aims to present an understanding of the affective interactions arising from the inclusion of students with autism spectrum disorder in the early grades of elementary school. The authors that support this research are Aline Maira da Silva, Marion Leboyer, Paulo Liberalesso and Lucelmo Lacerda. The research was carried out using a qualitative approach, through semi-structured interviews with teachers from the public education system in Sinop, Mato Grosso, in the first semester of 2021. The research results indicate that it is possible to problematize which and how interactions between students occur, and to understand the importance and consequences of these interactions.

Keywords: Autism. Inclusion. Socio-affective interaction. Elementary School.

Correspondência:

Berenice Darc Holz de Moraes. Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL). Sinop, Mato Grosso Brasil. E-mail: berenice.morais@unemat.br

Recebido em: 8 de novembro de 2021.

Aprovado em: 29 de novembro de 2021.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/4545/3060>

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de resultado de pesquisa que abordou as interações afetivas, produzidas em salas de aula por crianças com transtorno do espectro autista (TEA) nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Tendo em vista a importância dessas interações para o desenvolvimento de sujeitos com TEA, e das experiências vivenciadas pela autora, surgiu o interesse em entender quais são essas interações, como ocorrem e como esses alunos reagem a elas. Sobre a importância da interação, Santos (2017, p. 97) destaca que:

² Resumo traduzido pela professora Indianara Luzia Peron. Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Português/Inglês, pela Unemat/Câmpus de Sinop, 2016.

Quanto maior for o grupo dessas interações da qual a criança participa, melhor será seu desenvolvimento. Assim sendo, a escola torna-se um ambiente social capaz de desenvolver por meio de estímulos externos os relacionamentos com a troca seus semelhantes, podendo propor atividades desafiadoras e favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico.

O objetivo deste artigo é, portanto, colaborar para o entendimento dessas interações, e dessa forma contribuir com o processo de inclusão de crianças com autismo em escolas de ensino regular.

A abordagem metodológica de investigação foi de cunho qualitativo, mediante uma pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários com quatro professoras da rede pública da cidade de Sinop, em Mato Grosso, no primeiro semestre de 2021. Em decorrência do momento pandêmico que estamos vivendo, as entrevistas foram realizadas de forma remota, em sala virtual para reuniões *online* através da plataforma *google meet*. Já os questionários foram enviados e recebidos através do aplicativo *WhatsApp*.

2 AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

Sobre o Autismo, Mello (2001, p. 13) esclarece que “[...]é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, [...] caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e na imaginação”.

De acordo com Dias (2015), no ano de 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler publicou sua obra “Demência precoce ou grupo das esquizofrenias”, e foi nesse contexto que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez.

No ano de 1944, o também psiquiatra Leo Kanner publica sua obra “Distúrbios autísticos do contato afetivo”. Em sua obra, Kanner descreve 11 crianças que demonstravam tendência ao isolamento e a mesmice. No mesmo ano, Hans Asperger publica seu artigo “Psicopatia Autística da Infância”, no qual descreve crianças com sintomas parecidos com as pesquisadas por Kanner (MELLO, 2001). As obras desses dois psiquiatras são consideradas o marco principal da descoberta do autismo.

Para fins de diagnóstico, são usados critérios do Manual de Diagnósticos Estatísticos de Transtornos Mentais 5 (DSM5), por meio do qual um profissional médico fará a avaliação clínica dos sintomas descritos pelo cuidador. O termo transtorno do espectro autista é usado para caracterizar o autismo considerando as várias formas e níveis de acometimento.

Por sua vez, de acordo com Silva (2010), podemos entender que inclusão é o ato de incluir, de tornar parte do coletivo, de fazer com que o sujeito seja parte integralizada da ação praticada, é não segregar, não separar julgando as diferenças. Inclusão é criar meios e possibilidades para um atendimento com equidade. Logo, inclusão não pode ser vista como fazer o igual para todos, e sim, buscar meios para que todos cheguem ao mesmo resultado. E quando se fala de inclusão escolar, o termo é bastante abrangente, já que não se caracteriza apenas por receber este aluno na escola, e sim, proporcionar a ele práticas pedagógicas direcionadas às suas especificidades.

Segundo Santos (2017, p. 47), a Constituição Federal de 1988 assegura, no artigo 3º, inciso IV, que deve-se promover o bem estar de todos sem discriminação de raça, cor, sexo ou qualquer outra forma de discriminação; artigo 205, declara a educação como um direito de todos, possibilitando a pessoa uma condição de cidadã e apta ao trabalho; no artigo 206, estabelece um ensino com igualdade de condição para o egresso e permanência na escola: e, no artigo 208, inciso III, preconiza o atendimento especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Um importante acontecimento do ano de 1994 marcou a educação inclusiva no mundo. Ocorreu, em Salamanca, na Espanha, com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Desse encontro, nasceu a “Declaração de Salamanca”, que representa um marco histórico no que diz respeito à educação inclusiva. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) traz que:

Art.2º. Acreditamos e Proclamamos que: • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se

levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Ressaltamos, também, a Lei 12.764/2012 (BRASIL, 2012), que traz, no seu art. 2º, que “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”.

E, de acordo com o artigo 2º da Lei 13.146/2015:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Quando se refere à educação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência determina, no artigo 27, que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Dessa forma a educação é um direito de todos, não sendo passiva de discriminação por tipo ou grau de deficiência.

3 AS INTERAÇÕES DE ALUNOS COM TEA EM SALAS REGULARES DE ENSINO

De acordo com Shibukawa (2003, p. 31), o processo de alfabetização e letramento é muito importante para a integração das pessoas com autismo na sociedade, tendo em vista que uma das características do autismo é a falta de oralidade, dessa forma a alfabetização e o letramento garantirão mais uma forma de

comunicação e expressão social. Nesse sentido buscamos entender como ocorrem as interações dentro deste espaço e como podem contribuir com o processo de aprendizagem.

A abordagem da pesquisa foi de cunho qualitativo. Sobre o conceito de pesquisa qualitativa, Trivinos (1987, p. 129) diz que:

[...] de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da *descrição* que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando *explicar* sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por *intuir* as consequências que terão pra vida humana.

Realizamos a pesquisa com 4 (quatro) professoras da rede pública de ensinoda cidade de Sinop em Mato Grosso. Para a coleta de dados, trabalhamos com entrevistas e questionários, aplicados no primeiro semestre de 2021.

Com o intuito de preservar o anonimato das participantes da pesquisa, estas foram identificadas como professoras: Vermelho, Rosa, Laranja e Marrom.

Perguntadas se elas acreditam que os alunos com TEA conseguem se sentir integrados com o conjunto de seus colegas e com as atividades propostas, obtivemos as seguintes respostas:

(01) Professora Laranja: Eu acredito, sim, que eles possam fazer parte dessas atividades. Eles conseguem acompanhar os conteúdos, às vezes com alguma dificuldade, mas eles conseguem. Se o professor levar a atividade mais com imagens, materiais concretos e coisas mais explicativas que dê para esse aluno entender, eu creio que ele consegue, sim.

(02) Professora Marrom: Sim, acredito, porque nós, como professores, buscamos sempre incluir este aluno nas diversas atividades, desde brincadeiras, jogos, como nas atividades pedagógicas. Eu busco sempre propor atividades onde todos possam se desenvolver juntos, mesmo que necessitem de auxílio.

Quando questionadas sobre a relação do aluno com TEA e os demais colegas da sala, todas as professoras que participaram da pesquisa destacam que o movimento pedagógico deve ser investido de um olhar atento ao processo de

aprendizagem de todos os alunos, como pode-se observar nas respostas:

(03) Professora Vermelho: Tranquila. Todos os alunos com autismo que já trabalhei eram de grau leve e moderado, então interagiam bem com os demais.

(04) Professora Rosa: A relação dos alunos é muito boa, as crianças interagem bem, gostam de cuidar e ajudar.

(05) Professora Laranja: Quando a escola trabalha de forma geral com o tema inclusão, eu vejo uma interação muito boa entre os colegas de sala. Por isso que eu falo da importância da informação. Se a escola trabalha a questão de uma forma global, de uma forma geral na escola, eu creio que essa interação seja bem melhor. As crianças em sala, no geral, têm uma boa interação.

(06) Professora Marrom: No geral, acontece tranquilamente. Os alunos com autismo conseguem interagir, dentro de suas possibilidades, e participam das ações propostas [...]. Precisa ser bem trabalhado para não provocar uma estigmatização desse aluno com autismo.

Sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista em salas de aula de ensino regular, as respostas convergiram destacando o ganho social que todos os alunos terão com as interações dentro deste processo. No entanto, as professoras Laranja e Marrom fazem colocações a respeito da aprendizagem:

(07) Professora Laranja: Acredito que na inclusão do aluno com TEA vai haver um ganho social considerável, tendo em vista a importância das interações para os alunos nessas condições, porém na aprendizagem dependerá do grau de acometimento desse aluno, já que nem sempre a escola comum oferece estrutura suficiente para o aprendizado dele.

(08) Professora Marrom: Eu penso que é muito importante este processo para a formação social do aluno. As interações produzidas em sala são valiosas para eles, mas tem que se trabalhar em conjunto, e todos da escola devem estar aptos pra

receber este aluno. E, se pensar em aprendizagem, acredito que nem todos os alunos com TEA terão um bom rendimento, já que o professor não dispõe de tempo hábil para atender este aluno.

Nesse contexto, percebemos que as interações entre os alunos de uma sala inclusiva, são consideradas muito relevantes no processo de desenvolvimento de todos os integrantes dessa sala. Nesse sentido, Santos (2017, p. 97) diz que:

Quanto maior for o grupo dessas interações da qual a criança participa, melhor será seu desenvolvimento. Assim sendo, a escola torna-se um ambiente social capaz de desenvolver por meio de estímulos externos os relacionamentos com a troca com seus semelhantes, podendo propor atividades desafiadoras e favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico.

As interações sociais ocorridas em ambientes diversos são importantes para todos os indivíduos, tendo em vista que aprendemos uns com os outros e estamos sempre em processo de aprendizagem. No caso de alunos com TEA, essas interações trazem ainda mais benefícios, incentivando a oralidade e provocando um contato social, que, para esses alunos, de início pode não ser atrativo, no entanto, como percebido na pesquisa, com as práticas interativas em sala, podem ocorrer mudanças positivas de comportamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as interações ocorridas em salas de alfabetização, vislumbrando a inclusão de aluno com TEA. O objetivo se direciona a entender como essas interações ocorrem e como são recebidas pelos sujeitos envolvidos e, com isso, contribuir com os professores atuantes dessas salas na elaboração de práticas pedagógicas capazes de proporcionar a integração e aprendizagem desses alunos.

Segundo os autores Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, *apud* SILVA; 2012, p. 52), "a convivência nas quais há diversidade, promove desenvolvimento nas habilidades tanto acadêmicas como sociais".

De acordo com análises dos dados, concluiu-se a importância dessas interações para o desenvolvimento social e cognitivo, tanto do aluno com TEA, quanto dos demais.

A complexidade do autismo corrobora com a dificuldade de uma análise mais aprofundada sobre os processos de interação e alfabetização, tendo em vista ser um transtorno do espectro e possuir características diferentes em cada sujeito. Desta forma, embora os resultados desta pesquisa tenham nos proporcionado saberes sobre o assunto pesquisado, nos levando a uma conclusão sobre o quão significativas são as interações para os alunos de uma sala inclusiva, outros questionamentos e interesses surgiram dentro do tema inclusão escolar do aluno com TEA. Assim sendo, sugere-se um estudo mais aprofundado vislumbrando os diferentes níveis do autismo.

Durante a realização da pesquisa, alguns projetos precisaram ser revistos, incluindo a forma de coleta de dados, que por conta do período pandêmico que estamos vivendo, passou de observação participativa para entrevistas e questionários. Sobretudo, os resultados foram alcançados através dos relatos feitos pelas entrevistadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**: institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 nov. 2019.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.**, v. 18, n. 2, jun./2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n2p307.9>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo**: guia prático. 2. ed. São Paulo: Mil folhas, 2001.

SANTOS, V. P. **A percepção e as expectativas dos gestores e docentes das**

salas regulares: cenário da educação inclusiva. Sinop, MT: Imprenort, 2017.

SHIBUKAWA, P. H. **Inclusão escolar de um aluno com autismo:** descrevendo práticas de alfabetização em uma escola pública - ciclo I. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121138/000728120.pdf?sequenc e=1>. Acesso em 25 set. 2021.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar.** Curitiba: Ibpex, 2010.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.